



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7103 - <http://www.mec.gov.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.002458/2020-51

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia comum, para atendimento às necessidades de limpeza e higienização de peças utilizadas no Gabinete do Ministro da Educação/GM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus encartes. São partes integrantes deste instrumento:

- Encarte "A" - Planilha de Custos e Formação de Preços e modelo de proposta de preços;
- Encarte "B" - Modelo de ordem de serviço;
- Encarte "C" - Instrumento de Medição de Resultados;
- Encarte "D" - Critérios para Sustentabilidade Ambiental;
- Encarte "E" - Declaração de Parentesco; e
- Encarte "F" - Análise de Risco.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Gabinete do Ministro, no desempenho de suas atribuições, realiza reuniões e solenidades, nos quais disponibiliza uma quantidade relevante de toalhas de mesa, guardanapos para a organização da logística desses eventos, bem como utiliza toalhas de rosto, para atender à demanda por esse item do Gabinete do Ministro da Educação. Para garantir a disponibilização adequada das referidas peças, faz-se necessária a contratação de serviço de lavanderia de forma a atender à demanda do MEC.

2.2. Considerando que o Ministério da Educação não possui espaço físico, equipamentos e pessoal especializado para a execução dos serviços de lavanderia, a presente contratação se constitui na alternativa mais eficiente para o cumprimento das atribuições do Gabinete, que dependem, também, da disponibilização de materiais de serviços devidamente higienizados e condições adequadas de trabalho e de atendimento aos servidores, colaboradores e visitantes.

2.3. A estimativa dos quantitativos, conforme planilha do Encarte "A" deste Termo de Referência, foi baseada na execução dos serviços, durante o Contrato nº 12/2019, cuja vigência de 12 (doze) meses expirou em 31 de dezembro de 2019.

2.4. O critério de julgamento será o de menor preço global, justificado pela similaridade dos itens a serem contratados.

2.5. A opção do referido critério de julgamento encontra razão no fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que, desta forma, ocorrerá uma eficiente execução e gerenciamento do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento do serviço em tela.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Os serviços contratados incluem: coletar, lavar, passar e entregar os produtos observando as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE ESTIMADA DE PEÇAS LAVADAS E PASSADAS		
			MENSAL	ATÉ DEZEMBRO DE 2020	MEDIDAS (metro)
1	Toalha para mesa, cor creme	Peças	38	456	3,12 x 0,76
2	Toalha para mesa, cor preta	Peças	17	204	2,90 x 3,15
3	Toalha para mesa, cor azul	Peça	1	12	1,20 x 2,40
4	Toalha para mesa	Peças	17	204	4,80 x 2,00
5	Toalha para rosto	Peças	6	72	0,58 x 0,38
6	Guardanapo	Peças	25	300	0,46 x 0,50
7	Saías de Mesa	Peças	62	744	3,12 x 0,76

3.2. Os serviços serão solicitados via e-mail, sem prejuízo da emissão de Ordem de Serviço, conforme modelo do Encarte "B", por meio dos servidores formalmente designados.

3.3. Eventuais solicitações de serviços, em decorrência de fatos extraordinários e/ou emergenciais, deverão ser atendidas pela empresa no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de emissão da ordem de serviço, sendo necessário observar o horário de entrega de acordo com o definido neste Termo de Referência.

3.4. Em nenhuma hipótese será admitida recusa do cumprimento constante do subitem anterior por parte da empresa.

3.5. Os serviços de lavar, secar e passar deverão ser executados nas instalações da empresa contratada, com alto padrão de qualidade, e os produtos utilizados na execução do serviço deverão estar de acordo com as especificações das peças coletadas, evitando-se desgastes excessivos.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

4.2. De acordo com o Art. 1º da Lei 10.520/2002, trata-se a contratação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os serviços do objeto deste Termo serão prestados de forma contínua, considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, que trata da prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de

preços e condições mais vantajosas para a administração, observados os prazos legais.

5.2. Para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, a Contratada deverá obedecer, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MP, especialmente aqueles descritos nos incisos VIII e IX do Artigo 4º e no Decreto n.º 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, declarando conforme Encarte “D” - Critérios para Sustentabilidade Ambiental.

5.3. A declaração do item 5.2 deverá ser apresentada junto à proposta.

5.4. Declaração de parentesco, conforme encarte “D”, em consonância com a Súmula Vinculante n.º 13 do STF, que deverá ser entregue no ato da assinatura do contrato, em relação aos prestadores de serviço.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.6. A licitante deverá encaminhar a Declaração de Vistoria junto à proposta.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O início da execução contratual ocorrerá mediante a apresentação da garantia, em uma das modalidades no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura da avença contratual.

7.2. Os serviços serão solicitados via e-mail, sem prejuízo da emissão de Ordem de Serviço, conforme modelo do Encarte “B”, por meio dos servidores formalmente designados.

7.3. As peças serão recolhidas e entregues 2 (duas) vezes por semana, às terças-feiras e às sextas-feiras, no período matutino, no seguinte local: Gabinete do Ministro/GM: Ministério da Educação, Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º andar, Sala 837, do Edifício-Sede.

7.4. A entrega das peças deverá observar a mesma rotina de coleta em até 2 (dois) dias úteis, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

7.5. A contratada deverá recolher as peças no Gabinete do Ministro, no prazo de 1 (um) dia útil, após emitida a Ordem de Serviço, por meio de funcionário da empresa devidamente identificado e uniformizado e o preenchimento de Ordem, observadas as disposições constantes neste Termo.

7.6. A CONTRATADA, ao recolher as peças no Gabinete do Ministro, deixará um comprovante de recebimento, especificando o material e a data de retirada e de entrega.

7.7. As peças deverão ser lavadas, passadas e embaladas pela empresa de forma que o transporte não altere as suas características e a qualidade do serviço.

7.8. Os empregados da CONTRATADA deverão fazer a coleta e a entrega do material, devidamente identificados, e realizar a vistoria do material na presença do servidor designado para a fiscalização do contrato ou substituto, indicando os defeitos, quando existirem, no período e datas descritos no item 7.3.

7.9. As peças deverão ser devolvidas em sacos plásticos transparentes, separadamente, permitindo-se a visualização imediata.

7.10. Para a higienização dos itens deverá ser utilizado o método mais correto e seguro para que se evite danos às peças.

7.11. Caso haja danos às peças, causados pela contratada ou seus prepostos, deverão ser substituídas imediatamente após a notificação do fiscal/gestor, nas mesmas condições da peça danificada.

7.12. A critério da Contratante, poderão ser alterados os dias da semana para entrega e coleta dos materiais, mediante prévio acordo com a Contratada.

7.13. O não cumprimento dos prazos supramencionados poderá acarretar as sanções previstas na Lei n.º 8.666 de 1993.

7.14. Eventuais solicitações de serviços, em decorrência de fatos extraordinários e/ou emergenciais, deverão ser atendidas pela empresa no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de emissão da ordem de serviço, sendo necessário observar o horário de entrega de acordo como o definido no item 9.3.

7.15. Em nenhuma hipótese será admitida recusa do cumprimento constante do subitem anterior por parte da empresa.

7.16. Os serviços de lavar, secar e passar deverão ser executados nas instalações da empresa contratada, com alto padrão de qualidade, e os produtos utilizados na execução do serviço deverão estar de acordo com as especificações das peças coletadas, evitando-se desgastes excessivos.

7.17. O recebimento dos serviços dar-se-á conforme o disposto no artigo 73, inciso I e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

7.18. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **2 (dois) dias úteis** da comunicação escrita do contratado, observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei n.º 8.666/1993;

7.19. definitivamente, por Fiscal Setorial designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, autorizando emissão da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei n.º 8.666/1993.

7.20. Em caso de não conformidade, lavar-se-á o escritório de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nessa hipótese, o serviço deste Termo de Referência, poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser refeito no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.21. À contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.22. Os custos da correção dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

7.23. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

- 7.24. A avaliação da produtividade do contrato será medida conforme o Índice de Medição de Resultados - IMR, anexo a este instrumento.
- 7.25. Os serviços serão medidos conforme os critérios definidos no IMR, cujo não cumprimento poderá ocasionar em glosa na fatura.
- 7.26. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, com os seguintes dados:
- Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 2º andar, Gabinete SAA;
  - CNPJ: n. 00.394.445/0139-39
- 7.27. A nota fiscal/fatura deverá ser enviada, juntamente com os documentos de fiscalização demandados, em formato digital, para o endereço eletrônico segundo o item 8.2.
- 7.28. O Instrumento de Medição de Resultado visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 7.29. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado constante no Encarte "C" deste termo.
- 7.30. Os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais da CONTRATANTE, que emitirão relatório mensal que deverá ser acostado ao processo de acompanhamento e fiscalização.
- 7.31. Seguir-se-á a tabela constante no IMR quanto ao percentual a ser debitado do faturamento mensal total dos serviços prestados pela CONTRATADA em função do não cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas em lei.
- 7.32. O prestador de serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.33. A empresa contratada deverá manter endereço eletrônico atualizado para correspondência via e-mail das irregularidades observadas.
- 7.34. Todas as ocorrências apontadas pela fiscalização serão encaminhadas, via correspondência eletrônica, à empresa contratada, que deverá confirmar o recebimento.
- 7.35. O prazo de manifestação da CONTRATADA perante as ocorrências informadas é de 5 (cinco) dias úteis.
- 7.36. No recebimento e aceitação do objeto deste Termo de Referência serão consideradas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 8.1. O setor demandante publicará em Portaria específica a designação dos gestores e fiscais do contrato, conforme preconiza a Lei 8.666/93, em seu artigo 67.
- 8.2. Toda comunicação via mensagem eletrônica deverá ser remetida para o endereço a ser repassado à contratada pelo fiscal/gestor e a Contratada deverá indicar por meio desse canal o representante, que será o responsável pela comunicação com a gestão/fiscalização do contrato, e o endereço eletrônico para o envio das comunicações em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.
- 8.3. O representante deve possuir treinamento e conhecimento suficientes sobre as rotinas que envolvem o objeto a ser contratado. Além disso, deve ter poder de decisão nas questões relevantes da execução do objeto.
- 8.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 8.5. O conjunto de atividades de que trata o item anterior compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, de acordo com as seguintes disposições:
- 8.5.1. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.
- 8.5.2. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.
- 8.6. Os assuntos tratados na reunião inicial, após a assinatura do contrato, devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato e representante da empresa.

## 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. A demanda do órgão tem como base os serviços de lavanderia comum, objeto do presente Termo de Referência, para atendimento às necessidades de limpeza e higienização de peças utilizadas no Gabinete do Ministério da Educação/MEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.2. Os serviços contratados incluem: coletar, lavar, passar e entregar os produtos observando as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE ESTIMADA DE PEÇAS LAVADAS E PASSADAS		
			MENSAL	ATÉ DEZEMBRO DE 2020	MEDIDAS (metro)
1	Toalha para mesa, cor creme	Peças	38	456	3,12 x 0,76
2	Toalha para mesa, cor preta	Peças	17	204	2,90 x 3,15
3	Toalha para mesa, cor azul	Peça	1	12	1,20 x 2,40
4	Toalha para mesa	Peças	17	204	4,80 x 2,00
5	Toalha para rosto	Peças	6	72	0,58 x 0,38
6	Guardanapo	Peças	25	300	0,46 x 0,50
7	Saia de Mesa	Peças	62	744	3,12 x 0,76

- 9.3. As peças serão recolhidas e entregues 2 (duas) vezes por semana, às terças-feiras e às sextas-feiras, no período matutino, no seguinte local: Gabinete do Ministro/GM: Ministério da Educação, Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º andar, Sala 837, do Edifício-Sede.
- 9.4. A entrega das peças deverá observar a mesma rotina de coleta em até 2 (dois) dias úteis, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

9.5. Deverá ser encaminhada proposta em conformidade com o Encarte A do Termo de Referência e, junto à proposta, deverá ser encaminhada a Declaração de Sustentabilidade Ambiental (Encarte D) e a Declaração de Vistoria.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.
- 10.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e informações necessárias para a observância dos serviços contratados, normas e condições contratuais.
- 10.3. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência.
- 10.4. Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais e orientações em todos os casos omissos.
- 10.5. Fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los quando não atenderem às disposições contratuais.
- 10.6. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- 10.7. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do Contrato, fixando prazo para correção.
- 10.8. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo.
- 10.9. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 10.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 10.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 10.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 10.11.3. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
  - 10.11.4. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
  - 10.11.5. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

#### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais vigentes, verificando o correto desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada, observando os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.
- 11.2. Observar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do MEC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 11.3. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços.
- 11.4. Substituir peça eventualmente danificada durante a execução dos serviços por outra com qualidade igual ou superior, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da constatação e notificação do dano causado, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 11.5. Cumprir os prazos estipulados neste Termo de Referência, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- 11.6. Efetuar a vistoria nos materiais quando da entrega ao Gabinete do Ministro, juntamente com um servidor designado pela Contratante, indicando possíveis defeitos, quando existirem.
- 11.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 11.8. Apresentar empregados devidamente uniformizados e identificados.
- 11.9. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios.
- 11.10. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas necessárias para a contratação.
- 11.11. Designar representante, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário.
- 11.12. A CONTRATADA deverá informar à fiscalização os principais meios de contatar seus funcionários e representantes, tais como email, telefones fixos e celulares, mantendo tais informações constantemente atualizadas;
- 11.13. Prestar os serviços de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.
- 11.14. Responsabilizar-se pelos serviços objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa sua, de seus empregados, no exercício de suas atividades vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o MEC fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.
- 11.15. Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados ao MEC ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.
- 11.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Termo de Referência.
- 11.17. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste Termo, razão pela qual a empresa contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o MEC.
- 11.18. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
  - 11.18.1. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
  - 11.18.2. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do Contrato, observado o disposto na Lei do Nepotismo (Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010);
  - 11.18.3. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

11.18.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato todo dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.19.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.19.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.19.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.19.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

11.19.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços objeto deste termo de Referência.

## 13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo anexo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

14.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao representante da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.16. O fiscal técnico deverá realizar avaliação a cada entrega dos serviços prestados diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferindo o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.18.1. Anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.18.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao gestor do contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas necessárias.

- 14.18.3. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e informações necessárias para a observância dos serviços contratados, normas e condições contratuais.
- 14.18.4. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência.
- 14.18.5. Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais e orientações em todos os casos omissos.
- 14.18.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário da Contratada cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios.
- 14.18.7. Fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los quando não atenderem as disposições contratuais.
- 14.18.8. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- 14.18.9. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do Contrato, fixando prazo para correção.
- 14.18.10. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência.
- 14.18.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até cinco dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e/ou setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 15.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.7.2. O Fiscal Técnico emitirá Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentados.
- 15.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante no Encarte "C".
- 15.7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 15.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento dos serviços será efetuado, mensalmente, por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil, ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo Fiscal Técnico designado comprovantes de recebimentos de encargos sociais e, quando for o caso, de multas, ou glosas que por ventura venham a ser aplicadas.
- 16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4. Constatando-se, no SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.8. Constatando-se, no SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação com o SICAF.
- 16.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 16.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$ , sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6 / 100)$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-----------------	--

## 17. REAJUSTE

- 17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que isso ocorrer.
- 17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.
- 17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 18. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 18.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados a partir da assinatura do Contrato, que corresponderá a 3% (três por cento) do valor global do contrato, dentre uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.
- 18.2. A garantia de que trata este item deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.
- 18.3. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:
- 18.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 18.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- 18.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- 18.4. A autorização contida no item anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.
- 18.5. A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE.
- 18.6. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 18.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na **Caixa Econômica Federal**, em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.
- 18.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

18.10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

18.11. A garantia será considerada extinta:

18.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança, ou a autorização para o levantamento da importância depositada em dinheiro a título de garantia, acompanhada da declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

18.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o Ministério da Educação não comunique a ocorrência de sinistros.

18.11.3. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

#### 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Licitante/Contratada (s) que:

apresentar documentação falsa;

19.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.3. deixar de entregar a documentação exigida no edital;

19.1.4. não mantiver a proposta e não assinar o contrato;

19.1.5. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.6. fizer declaração falsa;

19.1.7. cometer fraude fiscal; ou

19.1.8. incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste documento, no Contrato e das demais cominações legais.

19.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

19.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

19.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Contratante, inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo de demais sanções legais cabíveis, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

19.6.1. Advertência;

19.6.1.1. Multa de:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, em caso de atraso NO INÍCIO OU NA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS, limitada a incidência a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, em caso de atraso NO INÍCIO OU NA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

19.7. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.

19.8. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.9. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

19.10. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

I – mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II – mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;

III – mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

19.11. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato/instrumento equivalente, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.



19.12. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e/ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

19.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.15. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.4. A empresa Contratada deverá estar legalmente estabelecida e explorar ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação.

20.5. Comprovação de aptidão para a execução do objeto licitado em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

20.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por itens.

20.7. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos (taxas, impostos, fretes, etc.) para a execução dos serviços.

20.8. As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva de Custos e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte “A”.

20.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.10. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 25.759,00 (vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e nove reais).

21.2. A Estimativa de Preços conforme o disposto na [Instrução Normativa nº 3, de abril de 2017](#), não havendo preços individualizados no painel de preços para cada item, levou em consideração os contratos da Administração da Academia Nacional de Polícia (Pregão Eletrônico nº 11/2019), Presidência da República (Pregão Eletrônico nº 30/2020), bem como pesquisas junto aos fornecedores que atendem ao mercado deste objeto, Cristal Lavanderia, Bonjour Lavanderias, Abba Lavanderia.

21.3. Isto posto, é oportuno também esclarecer que o critério escolhido para a formação dos valores referenciais foi a média dos valores unitários, pois esta reflete de melhor modo identificado para esta solução em específico.

Objeto da Licitação																
Pregão nº xxx/2020																
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia comum, para atender às necessidades de li																
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.		ANP - PE 11/2019			Pregão 30/2020 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			Cristal Lavanderia			Bonjour Lavanderias			Abba
		Mensal	Anual	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL	VALOR UNITARIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL	VALOR UNITARIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL	
1	Toalha para mesa, cor creme	38	456	R\$ 16,90	R\$ 642,20	R\$ 7.706,40		R\$ -	R\$ -	R\$ 8,00	R\$ 304,00	R\$ 3.648,00	R\$ 8,00	R\$ 304,00	R\$ 3.648,00	R\$ 35,
2	Toalha para mesa, cor preta	17	204	R\$ 16,90	R\$ 287,30	R\$ 3.447,60		R\$ -	R\$ -	R\$ 12,00	R\$ 204,00	R\$ 2.448,00	R\$ 13,00	R\$ 221,00	R\$ 2.652,00	R\$ 35,
3	Toalha para mesa, cor azul	1	12	R\$ 16,90	R\$ 16,90	R\$ 202,80		R\$ -	R\$ -	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 144,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 96,00	R\$ 35,
4	Toalha para mesa	17	204	R\$ 16,90	R\$ 287,30	R\$ 3.447,60	R\$ 5,60	R\$ 95,20	R\$ 1.142,40	R\$ 9,00	R\$ 153,00	R\$ 1.836,00	R\$ 18,00	R\$ 306,00	R\$ 3.672,00	R\$ 35,
5	Toalha para rosto	6	72	R\$ 1,27	R\$ 7,62	R\$ 91,44	R\$ 0,97	R\$ 5,82	R\$ 69,84	R\$ 1,90	R\$ 11,40	R\$ 136,80	R\$ 5,00	R\$ 30,00	R\$ 360,00	R\$ 6,0
6	Guardanapo	25	300				R\$ 0,63	R\$ 15,75	R\$ 189,00	R\$ 1,99	R\$ 49,75	R\$ 597,00	R\$ 6,00	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4,5
7	Saías de Mesa	62	744				R\$ 1,13	R\$ 70,06	R\$ 840,72	R\$ 9,00	R\$ 558,00	R\$ 6.696,00	R\$ 4,50	R\$ 279,00	R\$ 3.348,00	R\$ 35,
						R\$ 14.895,84			R\$ 2.241,96			R\$ 15.505,80			R\$ 15.984,00	

## 22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, subelemento 78, que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2020.

## 23. VIGÊNCIA

23.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo a sua duração ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

## 24. DA CONFIDENCIALIDADE

24.1. A Contratada não divulgará nenhuma informação confidencial da Contratante a nenhum terceiro, exceto para a finalidade do cumprimento deste Termo e com o consentimento prévio por escrito por parte da Contratante.

24.2. A Contratada informará imediatamente à gestão e à fiscalização do contrato qualquer divulgação ou uso não autorizado de informações confidenciais da Contratante, por qualquer pessoa, e tomará as providências necessárias e apropriadas para aplicar o cumprimento das obrigações com a não divulgação de informações confidenciais.

24.3. A empresa contratada deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou Informações confidenciais, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

24.4. A equipe técnica prestadora do serviço deverá cumprir as obrigações de sigilo descritas neste Item, assinando Termo de Ciência.

24.5. Por Informações confidenciais entende-se toda e qualquer informação que venha a ter conhecimento durante a execução do serviço, em forma escrita ou verbal, a qual esteja claramente marcada pela Contratante como CONFIDENCIAL.

## 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Todas as etapas dos serviços não descritas neste Termos de Referência, mas necessárias à execução total dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

25.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico **cgri@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.

## ENCARTE “A”

### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS / Modelo de proposta de preços;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE ESTIMADA DE PEÇAS LAVADAS E PASSADAS			Valor Unitário	Valor Total
			MENSAL	ATÉ DEZEMBRO DE 2020	MEDIDAS (metro)		
1	Toalha para mesa, cor creme	Peças	38	456	3,12 x 0,76		
2	Toalha para mesa, cor preta	Peças	17	204	2,90 x 3,15		
3	Toalha para mesa, cor azul	Peça	1	12	1,20 x 2,40		
4	Toalha para mesa	Peças	17	204	4,80 x 2,00		
5	Toalha para rosto	Peças	6	72	0,58 x 0,38		
6	Guardanapo	Peças	25	300	0,46 x 0,50		
7	Saías de Mesa	Peças	62	744	3,12 x 0,76		
<b>Valor Total</b>							

1. Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto.
2. Não podem estar inclusos ao preço valores exclusivos para pagamento de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), conforme súmula 254/2010 do TCU.
3. Os preços ofertados devem ter inclusos os impostos, taxas, fretes, lucro, contribuições e qualquer outra despesa decorrente da execução do objeto, não podendo assim haver qualquer outro tipo de cobrança além das acima indicadas objetivando a execução do objeto.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

CARIMBO, ASSINATURA E TIMBRE DA EMPRESA

## ENCARTE “B”

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO Nº \_\_\_\_/202\_\_

PREGÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA		
Razão social:	CNPJ:	
Endereço:		
Telefone:	Fax:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

**ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/  
REMUNERAÇÃO POR HORAS**

Nº	Serviço	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

\*Fazer referência a metodologia de que trata o **subitem d.4 do item 2.5** deste anexo.

**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**


**DEMAIS DETALHAMENTOS**

<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO</b>			
Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado

**RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta **Ordem de serviço** serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

<b>Unidade Orçamentária:</b>	
<b>Função Programática:</b>	
<b>Projeto de Atividade:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	
<b>Saldo Orçamentário:</b>	

**IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Local, data	Local, data
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço

**ENCARTE "C"**
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**
**1. DA DEFINIÇÃO**

1.1 Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento às metas estabelecidas.

1.2 Este anexo é parte indissociável do Termo de Referência firmado a partir do Edital e de seus demais anexos.

**2 . DOS INDICADORES DAS METAS**

2.1 Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores de qualidade: tempo de resposta às solicitações da contratante.

<b>INDICADOR 1 – Tempo de resposta às solicitações da Contratante</b>	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	<b>Mensurar o atendimento às demandas da contratante dentro dos prazos especificados.</b>
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das ordens de serviço dentro do prazo acordado.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pela equipe de fiscalização designada para o contrato por meio de registros formais.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta e apontamentos registrados.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 5 ocorrências – Sem descontos; De 6 a 10 ocorrências – Desconto de 0,05% do valor mensal do contrato por ocorrência; Acima de 11 ocorrências – 0,1% do valor mensal do contrato por ocorrência.
Sanções	Em caso de recorrência poderão ser aplicadas as sanções conforme Termo de Referência.
Observações	O que se busca com este indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante dentro dos prazos acordados, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 2 – Atendimento das solicitações da contratante	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a qualidade da prestação dos serviços, bem como o nível de satisfação do público usuário.
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das demandas solicitadas.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pela equipe de fiscalização designada para o contrato por meio de registros formais.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ordem de serviço não atendidas ou atendidas parcialmente registradas pelo público usuário ou pelo fiscal do contrato.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 5 ocorrências – Sem descontos; De 6 a 10 ocorrências – Desconto de 0,05% do valor mensal do contrato por ocorrência; Acima de 11 ocorrências – 0,1% do valor mensal do contrato por ocorrência.
Sanções	Em caso de recorrência poderão ser aplicadas as sanções conforme Termo de Referência.
Observações	O que se busca com este indicador é garantir o nível de satisfação do público usuário, bem como o atendimento das demandas por parte da contratada.

### 3. DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

3.1 O fiscal técnico realizará a contabilização das ocorrências atendidas e identificará o quantitativo de ocorrências fora da meta estabelecida.

Instrumento de Medição de Resultados - IMR		
Número do Contrato:		
Contratada:		
CNPJ:		
Mês/ano de Referência:		
Quantidade Total de OS emitidas para o mês de Referência		
INDICADORES		
1 – Tempo de resposta às solicitações da Contratante		
Quantidade de Ocorrências:	Percentual de Desconto (%)	Valor do Desconto R\$
Valor da medição sem descontos (R\$)		
Valor final da medição com descontos (R\$)		

### ENCARTE “D”

### DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).”

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

2 – A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste encarte, documento este, integrante da proposta no presente Termo de Referência.

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações, para onde couber, sejam adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

a) A otimização de recursos materiais;

b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

d) Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

e) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

f) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO Nº \_\_\_\_/202\_\_

PROponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão de Licitação nº \_\_\_\_/202\_\_, instaurado pelo Processo de nº \_\_\_\_\_, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

ENCARTE “E”

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

É cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula Vinculante nº 13 - STF)

( ) NÃO ( ) SIM

Em caso de positivo, apontar:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Relação de parentesco: \_\_\_\_\_

Nome e assinatura

Parentes até terceiro grau: - em linha reta: pais, avós, bisavós, filhos (as), netos (as) e bisnetos (as); - em linha colateral: irmão (ã), tio (a) e sobrinho (a); - por afinidade: genro, nora, sogro (a), enteado (a), madrasta, padrasto, cunhado (a).

#### ENCARTE "F"

#### ANÁLISE DE RISCO

**DESCRIÇÃO DA DEMANDA:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia comum, para atender às necessidades de limpeza e higienização do Gabinete do Ministério da Educação/MEC.

#### FASE DE ANÁLISE: GESTÃO DO CONTRATO

RISCO 01			
Descumprimento, por parte da contratada, de obrigações pactuadas:			
PROBABILIDADE	( X ) BAIXA	( ) MÉDIA	( ) ALTA
IMPACTO	( X ) BAIXA	( ) MÉDIA	( ) ALTA

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Previsão no Termo de Referência e no contrato das sanções a que a empresa estará sujeita por descumprimento dos termos contratuais	CGRL/CGLC
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Aplicar as sanções previstas no contrato.	Gestor/CGLC

RISCO 02			
Inexecução parcial ou total do contrato:			
PROBABILIDADE	( X ) BAIXA	( ) MÉDIA	( ) ALTA
IMPACTO	( ) BAIXA	( ) MÉDIA	( X ) ALTA

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Acompanhamento efetivo da fase de gestão contratual, atuando de forma proativa a fim de identificar a impossibilidade da empresa em executar o contrato.	Gestor/Fiscal
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Aplicar as sanções previstas no contrato e no instrumento convocatório.	Gestor/CGLC



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Honório Barreto, Gestor(a) de Contrato**, em 19/10/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Diógenes Henrique Peixoto da Silva, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 19/10/2020, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Bertol, Servidor(a)**, em 19/10/2020, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Da Conceicao Campos Da Silva, Coordenador(a)-Geral, Substituto(a)**, em 19/10/2020, às 22:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2295937** e o código CRC **D4621F66**.

Referência: Processo nº 23000.002458/2020-51

SEI nº 2295937

Criado por [AlexandreBarreto](#), versão 4 por [AlexandreBarreto](#) em 19/10/2020 16:59:07.